

História, Educação e Civilidades: a correspondência como um saber escolar na Escola Normal entre as décadas de 1930 a 1960¹

Maria Teresa Santos Cunha*

O mestre deve ser grave sem ser severo. Deve ser
correto, pontual,(...) ter bons modos sempre,.
(Manual de Civilidade e Etiqueta/ 1942)²

Resumo

Este texto pretende analisar como Manuais de Civilidade, presentes na Escola Normal entre as décadas de 1930 e 1960, prescreviam normas para as artes de escrever e eram recomendados como leituras para a formação de professoras e professores do Ensino Primário. Eles prescreviam normas de conduta e *bons modos* para a vida em sociedade. No âmbito da correspondência fixavam regras que serviam de apoio para a aprendizagem dessa forma de escrita, transformando-a em um saber escolarizado. A análise de um Manual muito utilizado em SC e no RS evidencia que prescrições deste livro reverberam em inúmeras práticas de escrita presentes no cotidiano escolar e autorizam a concluir que seu repertório de atos fazia parte de um programa de civilidades adotado pela Escola do período.

Palavras-chave: Manuais de Civilidade. Educação Escolarizada. História da Educação.

History, Education and Civility: the letter - writing as a schooling know ledge at the Escola Normal Between 1930's and 1960's

Abstract

This text intends to analyze how Civility Manuals, used as school manuals at the *Escola Normal* between the 1930's and the 1960's, prescribed rules for the art of writing. These books were part of the material used in the formation of schoolmistresses and schoolmasters of Primary School. They prescribed conduct rules and *good manners* to live in society. In the letter-writing field, they put up rules which were used as support to learn this kind of writing, turning it into a schooling knowledge. The analysis of one specific Manual, which was largely used in SC and in RS, shows that the prescriptions of this book appear in many writing practices present in the everyday life at school and they authorize to conclude that its repertory of acts was part of a civility program adopted by the School of the period.

Keywords: Civility Manuals. School Education. History of Education.

*. Departamento de História /UDESC - Mestrado em Educação e Cultura/UDESC.

Introdução

Os bons modos, a aparência nas maneiras de ser, uma conduta moral irrepreensível, a suavidade expressa em gestos, a forma de portar-se diante de pessoas e de diferentes maneiras em lugares específicos, as formas de cumprimentar autoridades e cidadãos comuns, os hábitos de asseio pessoal, as práticas de leitura autorizadas, a escrita protocolar de cartas, constituíram-se, a partir das primeiras décadas do século XX, como partes de um programa de civilidade, adotado pela Escola Normal na formação de professores (as). Sistematizados em obras conhecidas como Manuais de Civilidade, estes saberes foram escolarizados, integravam a bibliografia escolar e tinham intenção de plasmar/normalizar comportamentos com vistas a práticas de sociabilidade que regulariam uma pessoa “bem educada”.

Matéria de longos tratados, sempre enunciada à maneira do *dever ser*, encarnada em dizeres e regras, as práticas de civilidade podem ser consideradas como formas de racionalização do cotidiano e se confundem com a repressão dos sentimentos que, num estágio de *civilização*, propicia o “abrandamento das pulsões”³, que se tornam socialmente aceitáveis apenas se reprimidas.

No Brasil, numerosos manuais de civilidade e etiqueta já no final do século XIX, foram editados e divulgados, principalmente quando a elite agrária brasileira se mudava para as cidades e uma nova burguesia ocupava espaços. O mais famoso (e provavelmente mais antigo) manual chamava-se **Código do Bom tom**, de autoria do cônego português identificado apenas como J. I. Roquette, publicado em 1845, (já em sexta edição em 1900) procurava normatizar os rituais do Brasil Imperial e se tornou leitura obrigatória para aqueles que almejavam ser bem sucedidos na sociedade. Relançado em 1998⁴, este manual introduziu regras de como comportar-se em festas, eventos da sociedade, artes de bem viver, inspirado em manuais franceses.

Data de 1932, a propagação e divulgação nas Escolas Normais da edição brasileira do “Pequeno Manual de Civilidade para uso da Mocidade”, editado pela Livraria Francisco Alves. Este procedimento aponta para o uso escolarizado desses livros nos quais se propunha:

“A civilidade existe sob duas formas: a primeira consiste no conjunto dos sentimentos que nos animam em relação ao próximo: é a civilidade do coração. A segunda forma é a manifestação externa destes mesmos sentimentos: é a civilidade dos modos. (...) A civilidade dos modos consiste em observar certas regras no trato social e é chamada: o *saber viver*. Estas regras são um código que ensina o necessário para mantermos com os nossos semelhantes relações suaves e amenas, para saber falar, conversar, escutar, escrever polidamente; ninguém conhece de

maneira inata os preceitos da civilidade, e nem os aprende de improviso; aprendem-se pelas lições dos mestres e pela prática, como também pela freqüentação das pessoas bem educadas; resumem-se na discricção, no tato, na amabilidade, na delicadeza e na abnegação". (PEQUENO MANUAL, 1932, p. 13-15)⁵

Os manuais de civilidade eram considerados vetores de sistemas de valores, ferramentas para a consolidação das formas e dos códigos morais e sociais. Eles compunham-se de inúmeros conselhos, regras precisas e orientações de conduta pessoal, moral e social cujo objetivo era transmitir e ensinar atenções e cuidados que cada indivíduo deveria dirigir a si mesmo, no espaço público e privado. A civilidade é, ainda hoje, distintiva e fonte para se compreender uma *gramática*⁶ que ordena a vida em sociedade, em um conjunto de conselhos de como portar -se, como indica Chartier:

Sempre enunciada como modo de dever ser, a civilidade visa transformar em esquemas incorporados, reguladores, automáticos e não expressos das condutas, as disciplinas e censuras que ela enumera e unifica numa mesma categoria.(CHARTIER, 2004, p. 48)

Nas décadas entre 1930 e 1960, manuais de civilidade e etiqueta começam a figurar com bastante freqüência nas estantes de bibliotecas das Escolas Normais. Na maior parte das vezes estes livros compunham o material didático utilizado em aulas de *civilidade* que eram ministradas como parte dos currículos oficiais para a formação de professoras e professores do chamado Ensino Primário.⁷ Assim, incutir formas civilizadas de conduta pessoal e moral e desfilar suas próprias marcas de etiqueta social eram aspectos desenvolvidos como um saber escolar, e como tal, estavam preocupados em definir regras para o controle e a contenção de sentimentos e sensações e, ao mesmo tempo, investir na formação de sensibilidades recatadas, *civilizadas*, consideradas indispensáveis como signos de refinamento.

Este período se caracteriza pela emergência de variados discursos e produções escritas provenientes de diferentes campos como a Igreja, a Escola, a Medicina, a Imprensa; todos preocupados com aspectos ligados à higiene, à moral e à construção de homens e mulheres *saudáveis e civilizados(as)*, base necessária para o fortalecimento do Estado e para a construção de novas sensibilidades que vão se definindo com a urbanização crescente.

Amplamente divulgados no ambiente escolar os manuais mostram, com precisão, a sutileza e a agilidade de quem sendo breve, sabe ser profundo na transparência de transmissão de normas, condutas e valores, na clareza das idéias, na coerência da escrita, na envolvimento de imagens discursivas (às vezes até visuais) que se tecem em narrativas simples, quase coloquiais. Os manuais contêm mapas para um percurso (materializados em índices por

Maria Teresa Santos Cunha

assuntos, páginas numeradas, desenhos ilustrativos, exemplos edificantes) pretendem enraizar-se numa cultura do gesto e do agir e podem valer como preciosos elementos de auxílio para “o entendimento de práticas culturais que contribuíram para a constituição do indivíduo moderno”(GOMES, 2004, p. 11).

Polissêmicos em seus usos, plurais na sua composição, vulgarizadores de prescrições para vários aspectos da vida em sociedade, os manuais são livros difíceis de se classificar convencionalmente: nem totalmente práticos, nem somente literários, mas sempre com determinações e objetivos pedagógicos, estavam estreitamente ligados ao mercado do livro escolar, o que pode ajudar a entender a frequência com que se fizeram presentes nas bibliotecas escolares.

Considerando a escola, por tradição e função, depositária e instrumento dos processos de aprendizagem e de ensino da escrita e da leitura, a presença e a multiplicação de manuais de civilidade e etiqueta nesse ambiente estão ligadas à generalização do modelo escolar como espaço de socialização infantil. O manual era, pois, um livro de leitura escolar que, presente nos currículos, participava da construção de um repertório de atos plausíveis desde formular uma emoção e exprimir um desejo, a saber sentar-se para ler e escrever corretamente uma carta .

Saber escrever uma carta era alvo de investimentos nos manuais que circulavam no ambiente escolar e tema de estudos e aplicação na escola. É importante ressaltar que o tradicional Colégio Dom Pedro II (RJ) que por muito tempo, foi colégio padrão no Brasil, apresenta em seu Programa de Português para os cursos clássico e científico do ensino secundário, através da Portaria Ministerial nº87, de 23 de janeiro de 1943, um item que previa “exercícios de redação e composição sob formas de cartas”⁸ evidenciando a prática epistolar como conhecimento escolarizado o que nos permite inferir que outras instituições escolares seguissem o mesmo exemplo.

Um dos manuais mais conhecidos e utilizados em Escolas Normais, especialmente em Santa Catarina, chamava-se **Tratado de Civilidade e Etiqueta**, de autoria da Condessa de Gencé, editado em Portugal em 1909 e que, em 1951, já se encontrava na 14ª edição. O Capítulo XVI desta obra se intitula “Correspondência”, e ali estão apresentadas receitas para o exercício de escrever cartas que deveria ser aprendido na escola.

Na esteira do trabalho realizado pela historiadora espanhola Verônica Sierra Blas⁹ centrar-se-á a análise nas recomendações epistolares propostas pelo manual e suas tipologias (suporte, estilos, precauções, fórmulas para a escrita de cartas). Tais recomendações textuais, historicamente construídas, apresentam prescrições/receitas para a prática da correspondência - *as regras do bom tom da escrita epistolar* – que se pretendia difundir na formação de futuros professores e professoras.

Uma carta pode expressar muitos sentimentos (amor, pesar, felicitações); deve seguir certas regras (letra, formas de tratamento, embalagem) e obedecer a certos ditames (oficial, pessoal). Em seu conjunto, a correspondência tem um lugar importante nas relações sociais por ser um registro considerado, na maior parte das vezes, “*como um conjunto de práticas de escrituras(...) e uma das formas de escrita ordinária que se caracterizam por introduzir a ordem do escrito no cotidiano das existências*”¹⁰ onde estão materializados testemunhos de época, tanto do indivíduo como dos grupos a que pertence. Nesse momento, mais que um estudo sobre cartas *em si*, a intenção é encontrar as prescrições que fazem a sua construção, o repertório de normas escritas que dão forma ao gênero epistolar socializado pela Escola.

Histórias sobre o Manual : Da autora e do suporte

O **Tratado de Civilidade e Etiqueta**, objeto dessa análise, não é um manual restrito de correspondência, mas dedica um capítulo a prescrever normas para a escrita de cartas. A autoria é registrada apenas como **Condessa de Gencé** e a edição que aqui se estuda é a 8ª, datada de 1935. Pesquisas realizadas e consultas em bibliotecas da França e de Portugal¹¹ confirmam o desconhecimento do nome verdadeiro da autora que se assina com o pseudônimo de Condessa de Gencé e que tem nacionalidade francesa. Há uma breve referência que indica o ano de 1872 como o de seu nascimento não havendo qualquer indicação sobre seu falecimento.

A primeira edição desse manual de civilidade foi publicada na França em 1895 e, em 1909, apareceu a primeira tradução em português que foi publicada pela Livraria Editora Guimarães & Cia., de Lisboa.¹² Com este pseudônimo a Condessa publicou outros trabalhos, tais como: “*Le cabinet de toilette d’une honnête femme*”, em 1909, sem tradução conhecida para o português e o “*Guia mundano das meninas casadoras*”, em 1910, pela mesma Editora, em Lisboa. Sua presença nas bibliotecas escolares catarinenses¹³ data do início dos anos de 1930.

Pesquisas indicam que parece mais comum do que se imagina o uso de pseudônimo na autoria dos manuais de civilidade. Muito poucos apresentam o nome completo dos seus autores, preferindo referenciá-los com títulos nobiliárquicos ou eclesiásticos, portadores de uma certa distinção e legitimidade em função do lugar social de onde escrevem (no caso, aqui, da nobreza). O mais antigo manual em circulação no Brasil também é conhecido como sendo aquele escrito pelo Cônego português conhecido por **Roquette**¹⁴; e, ainda, a mesma situação se repete no “Pequeno Manual de Civilidade para uso da Mocidade”, de 1932, editado pela Livraria Francisco Alves, cujo autor não aparece.

Os estudos de Dauphin (2000)¹⁵ autorizam a pensar que os autores dos manuais - nobres, clérigos - encontram-se, oportunamente, em posição

de mediadores para ajustar as regras de distinção social a novas configurações e a novos receptores. Num século marcado pelos novos usos do escrito, o papel das obras normativas é o de participar da construção de um repertório que postula uma estética de comportamento social. O manual, assim, não é somente fruto de iniciativas individuais; é resultado de uma ação coletiva de pessoas que se apresentam como qualificadas (pela origem social ou por cargos) para avaliar as necessidades dos outros.

Os autores, em geral, formam um conjunto de pessoas diligentes que se dispõem a produzir e socializar um saber mais restrito e a prescrever regras, condutas e valores que circulam em meios ditos mais *civilizados*. Um livro como este em pauta cuja autoria é de alguém portador de um título de nobreza; cujo tema versa sobre etiqueta e civilidade e é destinado a uma elite desejosa de aparentar boas maneiras, reforça a idéia de um engajamento maior por parte dos leitores pela possível legitimidade de seu lugar de produção. Acresce-se a isto o fato de que no mundo aristocrático, a sociabilidade epistolar é um elemento tradicional da vida mundana e que a nobreza feminina que sabia escrever pretendia oferecer a garantia de sua experiência.¹⁶ Entre as marcas do verdadeiro aristocrata está o manejo ágil das normas do comportamento: um nobre diz o que é apropriado, mas também anuncia o verdadeiro.

A contribuição da bibliografia material (HEBRARD, 2000) e da história da leitura (CHARTIER, 1998) mostra que a materialidade de um impresso, o suporte onde ele é dado a ler, cria condicionamentos sobre os sentidos que ele pode liberar. Assim, as formas do texto dado pelos editores, o número de páginas, o tamanho das letras, moldam possibilidades de compreensão e recepção.

O **Tratado de Civilidade e Etiqueta**, por exemplo, apresenta-se ao leitor sem quaisquer ilustrações, em uma capa simples, com o título escrito em letras maiores de cor preta e se assemelha aos demais livros, produzidos na mesma época.¹⁷ Apresenta-se como um dispositivo textual bastante comum à época da edição (1925), organizado em quatro(4) partes, a saber: **Preliminares – Cortesia; Em casa** (apresentado em quatro capítulos); **Acontecimentos que modificam a família** (quatro capítulos) e **Na sociedade** (apresentado em oito capítulos), o que permite concluir que o objetivo maior é o de postular e instaurar regras e normas para a vida *polida e civilizada* que se almejava na sociedade e que deveriam ser lidas como *finas especiarias*, em uma relação entre a *alma, o olho e a mão*.

A ausência de imagens na capa funciona como um protocolo de leitura, pode-se inferir que a significação passa da capa para o tema, o título centralizado em letras negras e grandes direciona o olhar e não está ali de maneira inerte: constrói também o que descreve e o que conta; divulga conteúdos, produz imagens retóricas e inscreve na sua escrita os efeitos de sua ação. (FIGURA

1)

A Correspondência no Manual: Vitrines d'arte de escrever cartas:

A grande maioria dos manuais de civilidade e etiqueta dedicavam espaços para tratar sobre a correspondência, o que permite pensar sobre a importância que lhe era destinada como formadora das *artes de escrever* tanto como atividade realizada tanto na escola como fora dela. Eles difundiam normas da escrita epistolar que serviam de apoio para a aprendizagem e interiorização de regras para a prática dessa escrita que se pretendia fosse adquirida na escola. A escola se impôs, assim, como o lugar para democratizar o estudo das cartas e o manual foi um instrumento polivalente e precioso para alcançar este fim. Segundo Blas (2002)

“Desde a Idade Moderna, o recurso epistolar foi envolvido em um processo que se configurou como uma prática cotidiana de comunicação.(...) na Idade Contemporânea o uso generalizado dessa prática levou à necessidade de dotá-la de uma regularização e normatização, de uma ordem. Começaram, assim, a proliferar os manuais de cartas como maneira de responder a crescente demanda tanto do mercado como do gênero em si” (p.125).

No Tratado..., a Condessa de Gencé dedica um capítulo (XVI), o último do livro, 12 páginas de um total de 180, para tratar da *correspondência* e anuncia à guisa de Introdução que:

“Uma carta pode servir para fazer um pedido ou para substituir uma visita. Pode escrever-se n'uma carta tudo o que se não tem ocasião de dizer de viva voz. A correspondência tem, pois, um lugar importante nas relações sociais e, por consequência, 'o saber escrever' faz parte do 'saber viver' ". (GENCÉ, 1925, p. 173)

Preocupado com o estilo e as regras de civilidade na escrita, o item “O estilo d'uma carta”, anuncia:

“Uma carta deve ser redigida n'um papel decente. Quer seja a pequena folha de papel azul ou cor de rosa que a mundana emprega (...) ou o papel reclame adotado pelo fornecedor ou mesmo o bilhete quadrado do caseiro ou feitor (...) o asseio do papel é a primeira qualidade que se exige d'uma carta. ”(GENCÉ, 1925, p.173)

A utilização de um suporte adequado para a escrita de cartas, a procura de um *papel decente* mobilizou duas jovens estudantes dos finais dos

anos 1960 que trocaram cartas. Depois de procurar o melhor modo para trocar correspondência, optaram por *folhas de arquivo* argumentando que eram soltas, de bom tamanho, não exigiam maiores gastos por fazerem parte do material escolar, além de permitirem maior conservação. Várias vezes referiram-se a esse suporte de escrita como o ideal: “A *idéia das folhas de arquivo foi ótima, poderei escrever até durante a aula*”.¹⁸ O asseio, o papel limpo como qualidade principal de uma carta assegura uma ordem, um trabalho civilizatório afinando sensibilidades para a ordem, o limpo e buscando um resultado moralmente eficaz. Ordem, asseio, maneira de usar eram assim regulamentadas para todos e foram difundidas por textos de vários matizes, principalmente nas Escolas Normais que preparavam professores (as) e onde se ensinava, a partir das civilidades, a leitura, a escrita, a decência. A noção de decência resumia o “*essencial de uma atitude e a expressão das disposições da alma*”¹⁹

Escrever uma carta envolve um ritual de cerimônias e os atos que demarcam este ritual expressam normas que apontam para o acesso ao universo escrito. Assim, o estilo também recomenda:

“As dimensões do papel variam segundo as pessoas que escrevem ou a quem se escreve(...) Devem-se evitar as formas extravagantes tais como em losango. A distinção é inimiga da excentricidade(...) O papel de cartas pode ser de uma cor leve, clara. As cores vivas tais como o carmesim, o verde ou o roxo, são de muito mau gosto. Os tons claros, malvas, gris, convêm às senhoras, às meninas e mesmo às colegiais. Os ornatos e os desenhos pecam sempre contra a simplicidade e o bom tom.(...) Para escrever-se a uma pessoa que não se conhece, use-se o papel branco ordinário; para escrever-se a um ministro ou a uma personagem importante a quem se faz um pedido, adota-se o papel branco de grande formato, chamado ‘papel ministro’. Deixa-se sempre uma margem. Deve-se sobrescritar de forma legível”. (GENCÉ, 1925, p. 174)

Pode-se perceber pelas regras citadas que a carta, na sua materialidade, transmite todos os signos de reconhecimento social. O transporte, o envelope, o papel, a assinatura, as margens são marcas que situam e representam uma *correspondência correta*. Raros são os manuais que não dão sua maior parte a estes símbolos que marcam a distinção nas *artes de escrever*. Distinção que também se encontra nas prescrições sobre as fórmulas para bem escrever uma carta e que assim aparecem:

“Devem-se sempre datar as cartas, mas é mais usado fazê-lo no princípio do que no fim da carta.(...) Não se começa a escrever uma carta logo no princípio da folha de papel, primeiro coloca-se n’uma linha,

isoladamente, segundo o caso, “senhor, minha senhora, meu querido tio, meus queridos pais, etc... e mais abaixo o que se quer dizer. Nas cartas triviais não se deixa margem. Deixa-se sempre um intervalo pouco mais ou menos de um centímetro entre a última linha da página e o limite do papel”. (GENCÉ, 1925, p. 175)

Ao recomendar que uma carta deve terminar *adequada e delicadamente*, (p. 175) o manual apresenta formas de tratamento mais utilizadas e pontifica:

“As formas de saudação e tratamento são as seguintes”
Às pessoas a quem se deve respeito: ‘ Queira V. Excelência aceitar a expressão do meu profundo respeito’ ou ‘ É com todo o respeito e consideração que expresso meus respeitosos cumprimentos’. A um superior escrever-se-á: Creia V. Ex^a. na minha dedicação’. Um inferior dirigirá ao seu superior a ‘expressão’ dos seus ‘afetuosos’ cumprimentos. No comércio, em negócios, trocam-se ‘cordiais cumprimentos’, mas já não se é o ‘humilde criado’ de ninguém”. (GENCÉ, 1925, p. 176)

Sutilmente, um outro equilíbrio social ia sendo construído, já não se é mais criado de ninguém, diz o manual, mas recomendam-se formas de tratamento diferenciadas por posição social. As distâncias e hierarquias sociais eram reafirmadas e mantinham situações distintivas, expressas pelos termos *inferior, superior, discípulo*, por exemplo.

Importa salientar que as prescrições que finalizam esta parte indicam que a carta que se envia aos amigos íntimos e aos pais, escapa às convenções e às formas calculadas. A afeição é a melhor conselheira do estilo destinado aos entes queridos e que é necessário apropriar, em todas as circunstâncias, a linguagem à situação, sem nunca abandonar a simplicidade. Recomendação semelhante foi observada por Blas (2003) ao analisar manuais epistolares espanhóis da década de 1930, onde se aconselhava:

“A simplicidade em nossas cartas é a característica mais apreciada. Os estilos rebuscados, com grande alardes de retórica, resultam pesados e nunca podem ser sinceros. Em contrapartida, escrevendo com simplicidade, é possível criar um estilo agradável e a sensação ao leitor de que está mantendo uma conversa com quem he escreve”. (BRAS, 2003, p. 135)

Escrever com simplicidade também vai reverberar entre as amigas ambas professoras normalistas que trocam correspondências entre o Paraná e Santa Catarina nos finais da década de 60 do século passado e permitem pensar que a observância de tais normas se instauram ao longo do período e

permanecem como condição da escrita mais íntima.²⁰

Qualquer que seja sua função, a correspondência é o que dá o acesso à escrita e para isto **os manuais** pretendem oferecer um grande número de modelos e fórmulas para escrever. Sua presença na educação escolarizada se insere no movimento iniciado na França no século XIX. Comprometida em ampliar suas competências para além de saber ler, escrever e contar, a escola vai difundir vários saberes, mais complexificados que permitirão a entrada das crianças nas multiplicidades do escrito²¹ e assim, a aprendizagem e o exercício de práticas epistolares mereceram investimento escolar.

O apelo à necessidade de respeitar técnicas para assimilar um processo específico de escrita comparece no manual nos itens reunidos sob o título “O estilo de algumas cartas”. Estas recomendações são bastante econômicas e reafirmam a prática da *delicadeza* como fundamental em qualquer estilo em que seja escrita a carta.

“O estilo da carta não pode ser igual quando se tratam assuntos diferentes, mas a delicadeza é sempre obrigatória. Uma carta a um fornecedor é muitas vezes mais custosa de redigir do que um pedido a uma personagem importante. Devemos dar às nossas cartas, o tom de delicadeza e de correção que empregamos nas nossas conversas. O estilo das cartas deve ser sóbrio, simples e claro. As cartas afetadas são extremamente ridículas”. (GENCÉ, 1925, p. 177)

Ao comparar a escrita *delicada* das cartas a uma conversa correta a intenção sinaliza para uma duplicação permanente das finalidades dessa prática escolar. Escrita e oralidade presentificadas sutilmente nas recomendações são uma outra maneira de inscrever fórmulas da cultura oral em textos escritos e também podem ser indícios da presença da oralidade nas práticas epistolares.

Levando-se em conta que este manual está sendo utilizado e lido na Escola Normal, instituição responsável pela formação de professores e especialmente, professoras para atuar no Ensino Primário, parece importante pensar que lhes caberia ensinar aos futuros alunos a escrever cartas com delicadeza e correção. Esta possibilidade parece concretizar-se nas atividades registradas no Caderno de Planejamento²² para uma turma de 3º ano primário, por uma professora do Grupo Escolar “**Manoel da Silva Pacheco**”, da cidade de Camaquã (RS) para o ano de 1962, onde estão planejadas atividades referentes aos conteúdos escolares assim expressos:

“Camaquã, 14 de março de 1962/4ª feira”.

Linguagem/Composição

Escreva(uma carta a) um amiguinho ou amiguinha convidando para *dar um passeio a cavalo*.

“Camaquã(RS), 23 de abril de 1962/ 2ª feira”

Composição:

Endereços e subscrições de envelopes com explicações e *confecção de um envelope modelo*. (FIGURA 2)

Tais registros, neste Caderno de Planejamento escolar, feitos pela professora M.H.S.D. sugerem a presença da correspondência como uma aprendizagem a ser desenvolvida como um saber escolar e permite inferir que a escola ajudou a cultivar *bons modos* nas artes de escrever.

A relação entre o oral e o escrito - um gênero dialógico - recomendada em cartas instaura, também, uma relação entre presença e ausência e “*deste binômio se depreende a definição que em diferentes manuais se dá à escrita epistolar como uma conversa entre ausentes*”.²³

Nos manuais de civilidade, a assinatura nas cartas também é motivo de prescrição, pode-se dizer que ela faz parte de uma arquitetura epistolar e está envolta em um conjunto de estratégias que determinam lugar e formas para assinar. A assinatura porta dados acerca da competência gráfica da pessoa e assim:

“Deve-se sempre assinar da mesma maneira, naturalmente e sem pretensiosas rubricas, nem sinais simbólicos. Numa carta a pessoas pouco íntimas deve-se mencionar antes do nome, a sua qualidade ou título.(...) O ideal é a assinatura no final”. (GENCÉ, 1925, p. 177)

Reunidos sob o título “As respostas” encontram-se breves normas que deveriam guiar o processo de responder uma carta. Ler, responder, guardar as cartas compõem a lógica do “pacto epistolar” e associam artes de escrever com artes de ler. Consideradas como exercício de *delicadeza e generosidade*, as prescrições apenas recomendam maneiras polidas:

“Qualquer mensagem merece sempre uma resposta. As pessoas bem educadas nunca demoram muito a resposta de uma carta. Porém, as cartas de pais, parentes ou amigos não exigem resposta imediata, a não ser quando pedem informações urgentes”.(GENCÉ, 1925, p. 179)

O último item do Capítulo XVI dedicado à correspondência intitula-se “A propósito do segredo das cartas” e refere-se ao ato íntimo e individual da leitura de uma carta e é bastante econômico nas recomendações. Elas se referem, muito especialmente, ao *decoro* que deve presidir o recebimento de uma carta endereçada á *outrem*. O decoro é medida de civilidade e entre as marcas da pessoa civilizada e bem educada está a arte difícil de exercê-lo. O decoro, assim, deve fazer parte da escrita epistolar e era sugerido como forma

Maria Teresa Santos Cunha

de contenção de si, como um mecanismo de controle que deveria ser seguido tanto na expressão escrita como na leitura de cartas alheias. Associado ao decoro, o segredo era prescrito como norma de civilidade e se inscrevia no movimento geral da reforma dos costumes, da afirmação dos princípios da moderação dos sentimentos, da individualização e conseqüente construção da intimidade. Em outra instância era uma nova relação com os outros prescrita pela civilidade.

“As cartas endereçadas a outrem não devem ser entregues ao seu destinatário senão fechadas (...) Manda o decoro que se conservem o segredo das cartas. É tão desagradável ler uma carta destinada a outra pessoa como saber que outros lêem nossas cartas” (GENCÉ, 1925, p. 180).

Em sua qualidade prescritiva, o manual parece ter perdido a atualidade, mas sua fortuna persiste. De acordo com Blas (2003), sua popularização acontece na época contemporânea uma vez que em suas páginas aparecem representados os problemas e necessidades de todos os grupos que compõem a sociedade. Divulgando exemplos, sugerindo práticas, colaboraram para criar novos hábitos e costumes.

As regras e conselhos sugeridos, no Tratado de **Civilidade e Etiqueta** para a produção e troca de cartas permitem reconhecer os diferentes usos, funções, formas que a correspondência assumiu ao longo dos anos e sua emergência e circulação na Escola Normal caracteriza um momento especial das práticas de escrita na própria escola e indica os possíveis leitores: professores e professoras primárias em formação.

No cruzamento das *artes de ler* com as *artes de escrever*, ou seja, na relação entre as normas propostas à leitura e as práticas incorporadas pela via da escrita, o diagnóstico é sempre arriscado porque, como lembra Chartier²⁴, o livro feito para ser lido, nem sempre o é, porque do prescrito ao efetivamente realizado as apropriações podem ser múltiplas e singulares.

O caminho aqui seguido, entretanto, pôde levar a uma dada compreensão de que lidas e colocadas em prática, as regras para escrever uma carta propostas no Tratado..., divulgadas mais explicitamente entre 1930 1950 como um saber escolarizado forneceram modelos e exemplos que contém certas permanências, fixadas tanto pela legislação como pelas práticas escolares que, progressivamente, se propagam no corpo social. Ainda que a escrita de cartas, hoje, transitando entre telas e páginas, possa ter outras configurações parece inegável que os manuais de civilidade fixaram bons modos para a correspondência e que a escola e os professores contribuíram amplamente para isso transformando-a em saberes escolares.

Referências

BLAS, V. S. **Aprender a escribir cartas. Los manuales epistolares en la España contemporánea (1927-1945)**. Gijón, Asturias: Trea, 2003.

_____. “Escribir y servir: las cartas de una criada durante el franquismo”. **Signo; Revista de Historia de la Cultura Escrita**. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, n. 10, 2002.

BASTOS, M.H.C.; CUNHA, M.T.S; MIGNOT, A .C.V. **Destinos das Letras. História, Educação, Escrita Autobiográfica**. Passo Fundo, RS: UPF, 2002.

CHARTIER, R. **La Correspondance. Les usages de la lettre au XIX siècle**. Paris: Fayard, 1991.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004

_____. **A aventura do livro. Do leitor ao navegador**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

_____. **As utilizações do objeto impresso**. Lisboa: Difel, 1998.

CUNHA, M.T.S. **Armadilhas da sedução**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DAUPHIN, C. **Prête-moi ta plume... Les manuels épistolaires au XIX siècle**. Paris: Éditions Kimé, 2000.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio Janeiro: J. Zahar, 1993.

FREIRE, G. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal**. 23. ed. Rio de Janeiro: Ed. J. Olympio, 1984.

GENCÈ, C. **Tratado de civilidade e etiqueta**. 8. ed. Lisboa: Ed. Guimarães, 1925.

GOMES, A .C. (Org). **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HEBRARD, J. “Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias: a escritura pessoal e seus suportes”. IN: MIGNOT, A.C.V.; BASTOS, M.H.C.; CUNHA, M.T.S. **Refúgios do eu. Educação, História, Escrita Autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 29-61.

_____. “Por uma Bibliografia Material das Escritas Ordinárias. O espaço gráfico do caderno escolar (França – séculos XIX e XX)”. **Revista Brasileira de História da Educação**. n. 1, 2001, p. 115-141.

ROCHE, D. **História das Coisas Banais. Nascimento do consumo. Século XVII-XIX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ROQUETTE, J. I. **Código do bom tom**. São Paulo: Companhia das Letras,

Maria Teresa Santos Cunha

1998.

SCHEIBE, L.; DAROS, M.D. (Org). **Formação dos professores em Santa Catarina**. Florianópolis: CED/NUP/UFSC, 2002.

SILVA, V. L. G da. Sentidos da profissão docente. Tese (**Doutoramento**) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2004.

VECHIA, A.; LORENZ, K.M. (Org). **Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira. (1850-1951)**. Curitiba: Editora do Autor, 1998.

Notas

¹ Este texto faz parte do Projeto de Pesquisa "Tenha Modos! Educação e Sociabilidades em Manuais de Civilidade e Etiqueta (1845-1960)" CNPq/2004/2005.

² O Tratado de Civilidade e Etiqueta, de autoria da Condessa de Gencé, objeto deste estudo, integra o acervo de livros didáticos preservados pelo Museu da Escola Catarinense/ Florianópolis/ SC.

³ Este é justamente o título de um dos capítulos com que Norbert Elias conclui seu monumental trabalho. Ver:ELIAS, N. O processo civilizador. RJ:Jorge Zahar Editores, 1993.

⁴ ROQUETTE, J. I. **Código do Bom Tom**. SP: Companhia das Letras, 1998 (Introdução de Lílian Schwarcz)

⁵ Citado por SILVA, V.L.G. **Sentidos da Profissão Docente**. (Tese de Doutorado) Faculdade de Educação/USP 2004. p. 157

⁶ Gramática entendida como as relações formais entre diferentes elementos que compõem um todo.

⁷ A Proposta Curricular da Escola Normal Catharinense, desde 1892 continha aulas de Deveres Cívicos e Deveres Morais (ver Schaffrath, M.A . S. "A proposta curricular da Escola Normal Catharinense de 1892". In:Scheibe, L. e Daros, M.D. (org) **Formação dos Professores em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2002, p. 93-111.

⁸ VECHIA, A. e LORENZ, K. (org) **Programa de ensino da escola secundária brasileira (1850-1951)**. Curitiba: Edit.do Autor, 1998.p. 358.

⁹ BLAS, V.S. **Aprender a escribir cartas. Los manuales epistolares en la España Contemporánea (1927-1945)**. Gijón: Trea, 2003.

¹⁰ CHARTIER, R. (org). **La correspondance. Les usages de la lettre au XIX^o siècle**. Fayard: Paris,1991. p.

¹¹ Agradeço a gentileza do Prof. Dr. Karl M. Lorenz , da Sacred Heart University, em Fairfield, Connecticut (EUA) pela ajuda inestimável na coleta de dados sobre a autora desse manual de civilidade.

¹² Em recente visita (abril de 2004) a livrarias portuguesas foi possível encontrar a 17^a edição desta obra, datada de 1968.

¹³ Dados recentes colhidos pela Prof^a Dra. Maria Stephanou evidenciam a circulação desse material em bibliotecas escolares do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1930.

¹⁴ Gilberto Freire, na obra Casa Grande&Senzala, faz referências explícitas a este manual, escrevendo : " O autor de um certo 'Código do Bom Tom' (o cônego Roquette) alcançou grande voga entre os barões e viscondes do Império, os quais passaram a adotar regras de bom tom na criação dos filhos". (1984:p. 420)

¹⁵ DAUPHIN, D. **Prete-moi ta plume. .. Les manuels épistolaires au XIX^o siècle.** Kimé: Paris, 2000. p.11-1

¹⁶ DAUPHIN, op.cit. p. 80.

¹⁷ Livros da coleção de romances intitulada “Biblioteca das Moças”, editada em Lisboa, na mesma época, e que circulavam na Escola Normal apresentavam capas e diagramação bastante semelhantes. Estudos sobre esta questão foram realizados por CUNHA, M.T.S. **Armadilhas da Sedução. Os romances de M.Delly.**BH: Autêntica, 1999.

¹⁸ CUNHA, M.T.S. “Por hoje é só. Cartas entre amigas”. IN: BASTOS, M.H.C; CUNHA, M.T.S. e MIGNOT, A .C.V. Destinos das Letras. História, educação, escrita epistolar. **Passo Fundo(RS). UPF, 2002, p. 181.**

¹⁹ ROCHE, D. História das coisas banais. Nascimento do consumo séc. XVII-XIX. **RJ:Rocco,2000,p.267.**

²⁰ BASTOS, M.H.C , et alli.op. cit p.181-204.

²¹ HEBRARD, J. “ Por uma bibliografia material das escritas ordinárias. O espaço gráfico do caderno escolar” França – séculos XIX e XX). Revista Brasileira de História da Educação.**Editora Autores Associados (SP), nº 1, 2001. p.115 – 141.**

²² Caderno de Planejamento da Profª M.H.S.D/ Grupo Escolar Manoel da Silva Pacheco/Camaquã/RS/ 1957. Material emprestado por sua filha pedagoga C.S.D.B. e que se configura como uma fonte de pesquisa inestimável.

²³ BLAS, V.S. op. cit. 2003. p.134.

²⁴ CHARTIER,R. (org) As utilizações do objeto impresso.**Lisboa: Difel, 1998. p.21.**

Correspondência

Maria Teresa Santos Cunha - Rua Augusto Selmidt, 38 - 88047-100, Florianópolis - SC.

Recebido em 27 de setembro de 2005

Aprovado em 28 de outubro de 2005

Maria Teresa Santos Cunha

Figura 01: Capa do Manual da Condessa de Gencé.

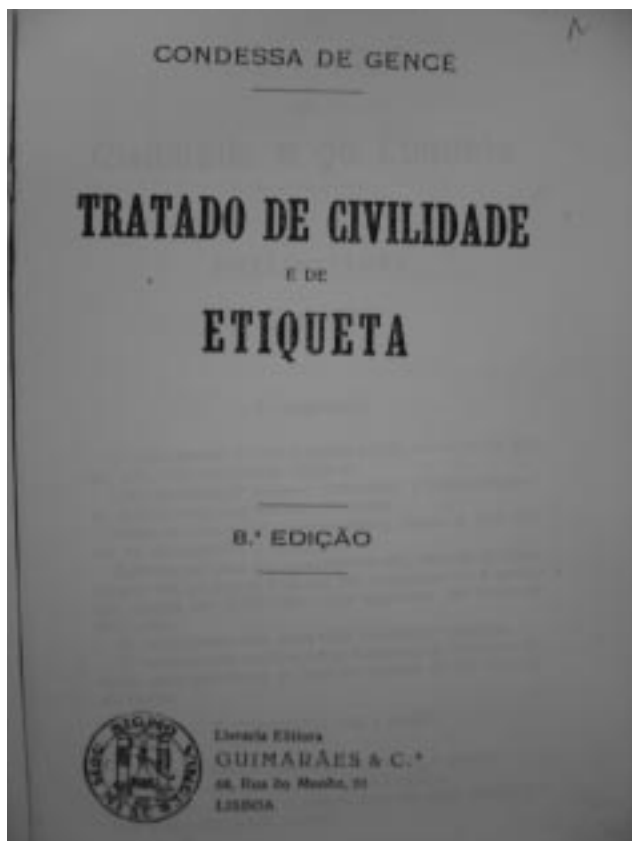
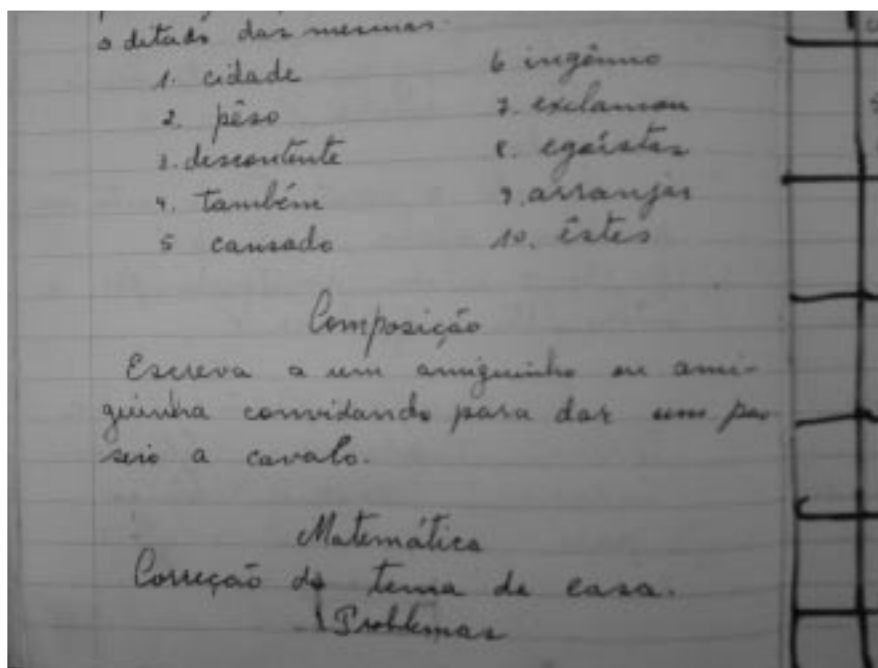


Figura 02: Caderno de Planejamento da Prof M. H. S. D. Grupo Escolar Manoel da Silva Pacheco. Camaquã (RS). 1962



Maria Teresa Santos Cunha

Figura 03: Caderno de Planejamento da Profa. M. H. S. D. Grupo Escolar Manoel da Silva Pacheco. Camaquã (RS). 1962.

